



Política de grandes obras é essencial para tirar Portugal da crise

Fernando Santo (bastonário da Ordem dos Engenheiros) e Luís Nazaré (gestor) passaram a mensagem no jantar-conferência do REGIÃO DE LEIRIA, perante 300 convidados: é preciso deitar mãos à obra. Falando sobre o papel do investimento público na dinamização da economia, os dois oradores defenderam a utilidade dos grandes projectos (TGV, estradas, aeroporto, barragens, etc) na superação da crise. O encontro decorreu sexta-feira, 20, na Quinta do Paúl, em Leiria.

Começou por enquadrar o tema recordando a acção de Fontes Pereira de Melo, e da sua política de obras públicas, no desenvolvimento do país. Que já salientava a necessidade urgente de ligar Portugal à Europa por ferrovia. Depois, o bastonário da Or-

dem dos Engenheiros lembrou o sustento – por via directa ou indirecta – de um quinto da população portuguesa: “Enquanto o sector da construção não tornar a crescer, a economia não torna a crescer”.

A conclusão do engenheiro

natural de Alcobaça é simples: o que verdadeiramente ameaça Portugal é um modelo de desenvolvimento desajustado. Quais são os principais estrangulamentos a extinguir? Em primeiro lugar, diz o bastonário, as necessidades de importação de energia. Depois, a insuficiente produção de bens transaccionáveis.

Para Fernando Santo, não decidir, no limiar do lançamento do TGV e do novo aeroporto, é adiar o país. Importa definir prioridades e não ter medo de investir. Na expansão de barragens, na transformação de Sines em porta do transporte marítimo para a Europa, citou.

O bastonário terminou avisando para a necessidade de incluir os ganhos indirectos na avalia-

ção de projectos como a ferrovia de alta velocidade. E rematou: “O investimento criterioso é essencial para que o país possa superar esta situação”.

Fiscalidade inimiga. Portugal, segundo Luís Nazaré, precisa de saber tirar partido dos recursos que o distinguem no panorama internacional. Significa isto aproveitar o mar, a experiência industrial, a terra, a posição geoeconómica, as boas condições para o investimento estrangeiro.

Que papel cabe ao Estado? “Reunir as condições favoráveis ao investimento”, explica o gestor de empresas, antigo presidente dos CTT. “O nosso sistema fiscal não é amigo das PME. O Estado paga tarde e a más horas e o

